

A formação do Exército uruguaio

Adriana Iop Bel Intani*

Resumo: na América Latina, a constituição das Forças Armadas, símbolo do poder central, não se processou de maneira fácil em grande parte dos países, pois poderes se debateram em busca de hegemonia e, na maioria das regiões, as províncias manifestaram-se contra a capital por intermédio de suas legiões armadas, os caudilhos. O exército emergiu como força organizada, no papel de defensor dos poderes estabelecidos, somente no século XX e, em muitos países, representou uma força débil, carente de instrução e de poder armado. No Uruguai, os caudilhos, acostumados a disputas internas e guerras civis entre Blancos e Colorados, foram o eixo formador da força militar. O partido Blanco era composto por grandes proprietários rurais e se identificava com a força do campo, enquanto que o partido Colorado era oriundo de Montevidéu, o que significava uma oposição entre campo e cidade. Os partidos representavam interesses pessoais, diretamente ligados a determinado chefe político.

Palavras-chaves: caudilhismo – exército – instrução

Abstract: In Latin America, the formation of the armed forces as the central symbol of power was not so easy in most countries, due to disputes in search of hegemony and, in most of the regions, the provinces were against the capital through their armed legions, the “caudilhos”. Only in the twentieth century the army emerged as organized force, in the role of defender of the established powers, and were a weak group, lacking education and armed power in many countries. In Uruguay, the “caudilhos”, accustomed to internal strife and civil war between Blancos and Colorados, were the axis trainer of military force. The Blanco Party was composed of large landowners and identified itself with the strength of the field, while the Colorado Party was originally from Montevideo, which meant an opposition between countryside and city. Parties represented personal interests, directly linked to certain political chief.

Keywords: caudilhismo – army - instruction

1 Introdução

No período colonial, a Espanha fez grande esforço para evitar a formação militar na América, pois acreditava que os militares poderiam executar movimentos de sublevação. A força armada era constituída por espanhóis vindos da metrópole, que mantinham em seu poder os armamentos e conhecimentos estratégicos, como considera Kueth:

el cuerpo de oficiales, dominado por españoles durante la mayor parte del siglo XVIII, creció en distinción social y preparación profesional a medida que aumentaba la importancia y el prestigio del ejército. A principios del siglo, la cantidad de nobles que se encontraban en las guarniciones americanas era prácticamente, nulo (...); pero con las reformas de Carlos III esta clase llegó a dominar abrumadoramente, superando el 80 por ciento a finales de siglo.¹

* Doutora em História Social pela Universidade de Brasília (2009) e Pós-Doutorado pela Universidade de Brasília (2011). Atualmente é vice-presidente da Associação Nacional de História - Seção Roraima e professor efetivo da Universidade Federal de Roraima.

No governo do rei espanhol Carlos III (1716-1788), entre 1759 e 1788, a Espanha voltou a investir fortemente na segurança e nas guarnições da colônia americana, para evitar o tráfico e o comércio entre ela e outros países. Veja-se a seguinte tabela:

Tabela 1: **Progresión del gasto militar en España y América (Millones de reales de vellón)**

Anos	México	Lima	España
1760-1762	134.8	10	258.1
1763-1766	148.0	12.2	237.7
1767-1770	148.6	15.5	276.5
1771-1774	175.9	22.7	280.1
1775-1778	198.8	30	339.9
1779-1782	394.8	44.3	434.0
1783-1785	349.1	43.2	368.7

Fonte: LAZARO, Josep Fontana. RIBAS, Maria delgado. La política colonial española: 1700-1808. In: TANDETER, Enrique. História General de América Latina IV. Paris: Unesco, 2000. p. 24.

De acordo com essa tabela, percebe-se que aumentou o investimento espanhol em defesa no México e no Peru, visto que a região era rica em minerais e despertou grande interesse da economia espanhola.

O absolutismo esclarecido ampliou a função do Estado em prejuízo do setor privado, aumentando o número de vice-reinados. Assim, diminuía o poder local e maximizava a concentração de poder nas mãos da coroa. Os Bourbons fortaleceram a administração e enfraqueceram a Igreja: o ano de 1767 foi marcado pela expulsão dos jesuítas e pela expropriação dos seus bens, visto que o clero era isento de tributação e, com isso, reduzia os lucros da Espanha.

Para garantir seu domínio, a Espanha efetivou seu fortalecimento político e militar. Os vice-reis tinham funções administrativas e defensivas, e até o século XVIII havia apenas dois vice-reinados: México e Peru.

Quando Napoleão Bonaparte (1769-1821) lançou o Bloqueio Continental (1806-1812)² e invadiu a Espanha, ele acabou fomentando a independência da América, pois deixou a Espanha sem rei. Embora desejasse que as colônias reconhecessem José Bonaparte como o novo rei da Espanha, isto não ocorreu. As colônias reagiram e exigiram o retorno de Fernando VII (Bourbon) ao poder. Esta atitude levou Bonaparte a incentivar a independência das colônias.

A Revolução Francesa e as invasões napoleônicas fizeram aumentar a porcentagem de americanos no exército, porque um dos problemas básicos para manter uma tropa na América era o recrutamento e a Espanha não tinha como enviar reforços.

Os custos para manter um efetivo eram elevados: fortificações, armas, uniformes, alimentos. Com o tempo, os oficiais espanhóis foram cedendo espaço para os oficiais americanos, ou seja, *criollos* e nativos ingressaram nas fileiras militares, como afirmou Lynch: “En 1810 tanto las milícias como los ejércitos regulares respondían a las necesidades locales y no a las imperiales. (...) En el norte de América del Sur y el Rio de La Plata, Espana perdió pronto, o relativamente pronto, su ejército y su dominación.”³

Havia vantagens em pertencer ao meio militar, tais como: não pagar algumas licenças locais, ter privilégios judiciais e proventos militares e, principalmente, prestar contas de seus atos somente para a instituição militar.

2 O surgimento do Exército

No período colonial, a Igreja e o Exército foram as duas instituições de grande importância para a consolidação do poder da metrópole e posteriormente para a emancipação política dos países latinos. Contudo, com o decorrer do tempo e com a evolução política latino-americana, segundo Safford, “o exército profissional também declinou em alguns países, ou por causa da incapacidade dos governos republicanos de manter grandes instituições militares ou devido à oposição dos civis aos grandes exércitos permanentes.”⁴

Nas ex-colônias, o Exército no período pós-independência era formado por mestiços e por integrantes de camadas menos privilegiadas, que se viam sem opções de sobrevivência. Segundo Lynch:

as classes baixas ganhavam muito pouco com o serviço no Exército, embora alguns vissem nisso um meio de escapar da degradação de sua classe. Isso, no entanto só fez aumentar os temores dos oficiais criollos, e de todos os brancos, de que o Exército pudesse ser usado contra eles. Se os criollos temiam os índios, os peninsulares não confiavam nos criollos.⁵

Após a independência, a América Latina passou por sérios problemas econômicos, como falta de capital, de investimentos estrangeiros, de escravos e de mão de obra, além de toda destruição ocasionada pelas lutas de independência. Neste período, os países americanos buscaram empréstimos no exterior, principalmente para a construção de ferrovias e para obras públicas, na intenção de formar e consolidar o estado nacional. Essa oportunidade não foi desperdiçada pela Inglaterra e pela França, que tentaram se aproveitar deste mercado por intermédio de concessão de empréstimos, e segundo Miller: “durante certos períodos o governo francês insistia em um vínculo

direto entre a emissão de bônus em Paris e a compra de exportações francesas como materiais de construção ou armamentos, por exemplo”.⁶

Os países americanos careciam de capital para impulsionar a indústria e o sistema de transporte, em especial o ferroviário, para escoar melhor a produção e diminuir as distâncias entre os países. Quando os estados americanos se organizaram como nação, também sentiram a necessidade e a importância de constituir uma força militar, como afirmou Zimmermann: “a forma e o espírito da organização do estado não serão determinadas somente pelas relações econômicas e sociais e os choques de interesses, mas primordialmente pela necessidade de defesa e ataque na organização do exército e da guerra”.⁷

O que os povos americanos conheciam sobre organização administrativa e militar provinha do legado espanhol. Assim, quando iniciaram a formação de fileiras militares e a possível constituição de um exército profissional, procuraram orientação nas doutrinas, estratégias e táticas espanholas, como afirmou Archer:

(...) hasta los decênios de 1840 a 1850, la mayoría del ejércitos latinoamericanos seguían serviéndose de textos españoles sobre táctica, derecho militar, organización, instrucción y demás. Con frecuencia se adoptaban, sin câmbios significativos, los reglamentos militares españoles sobre matrimonio, pensiones y subsidios de viudedad del antiguo Montepio Militar.⁸

Além da tradição espanhola, os militares latino-americanos também contaram com a contribuição do legado francês, devido à invasão napoleônica, como analisou Archer: “las tácticas empleadas por los ejércitos latinoamericanos del siglo XIX eran en general napoleônicas, con algunas diferencias regionales específicas que dependían de los pertrechos y armas disponibles y del historial de cada jefe militar”.⁹

A constituição da força armada, símbolo do poder central, não foi fácil para os países latinos de maneira geral, pois poderes centrífugos se debateram em busca de hegemonia e, na maioria das regiões, as províncias manifestaram-se contra a capital com suas legiões armadas, os caudilhos. O exército emergiu como força organizada, no papel de defensor dos poderes estabelecidos, somente no século XX e ainda em muitos países representou uma força débil, carente de instrução e poder armado, como enfatizou Archer: “dada la caótica situación de muchos países. Fruto en parte de las intrigas de los propios militares, los liberales civiles de todas las latitudes intentaron desmantelar o recortar el poder del Ejército regular, recurriendo para ello a la creación de milicias regionales”.¹⁰

Os exércitos se formaram na dialética entre estado e guerra, pois os estados faziam as guerras e as guerras faziam os estados. Assim ocorreu a formação dos estados latino-americanos após sua independência. Os gastos com aparatos militares auxiliaram a debilitar as finanças dos recém-formados países latinos e foi nesta desordem das lutas pela independência e pela estruturação do Estado que surgiu a figura do caudilho, como afirmou Archer:

la aparición de numerosos caudillos o caciques regionales que se hicieron con el control de su país, ejemplificados por figuras como las de Juan Manuel Rosas en Argentina, Andrés Santa Cruz em Peru-Bolívia, José Antonio Paez em Venezuela y Santa Anna en México, guarda una estreche relación con el caos que siguió a lo independencia en muchas naciones.(...) Esos dirigentes combinaban la inteligencia innata y el carisma personal con la astúcia, la ambición desenfrenada y un hábil empleo de las influencias para ponerse directamente al frente de fuerzas armadas o manipular en el próprio interés a unidades del ejército profesional, milicias o simples bandas armadas irregulares dirigentes regionales de milicias y otros.¹¹

3 Caudilhismo

Os caudilhos foram a principal força antagônica aos exércitos e, assim como os soldados, empregavam a violência e executavam assassinatos. Ambos eram mal vistos pela sociedade civil. No século XIX, os soldados eram tidos como vagabundos, bandidos perigosos, bêbados e seus crimes eram castigados com açoites pelo Estado. Enquanto isso, os caudilhos não tinham uma instituição legal para prestar contas, apenas relações de clientelismo com seus seguidores ou com um caudilho de maior poder.

O termo caudilhismo foi usado para descrever um sistema político e não apenas um tipo singular, no período pós-independência da América Latina. Na região do Prata, Buenos Aires possuía hegemonia política e ideologias voltadas para a Europa, enquanto as províncias vizinhas eram pobres e povoadas por povos indígenas. Buenos Aires então, além de defender sua economia por meio do controle aduaneiro, lançou domínio sobre as regiões menos privilegiadas e assim despontou a resistência nestes grupos com predomínio de chefes locais.

O caudilho era então um chefe político militar que poderia ser nacional ou regional. Ele exercia seu poder pela autoridade pessoal. A atuação do caudilho movia-se em direção da manutenção da ordem e soberania local ou regional, mesmo que para tal cometesse toda espécie de crimes e fosse julgado um sujeito capaz de barbáries em nome de mais poder e terras.

O caudilhismo imperou na América Latina como força armada disposta à defesa de um ideal, interesse ou região. O caudilho era contratado por um rico senhor de terras para governar grupos e fazer o que ele desejava, era o patrono cliente. O caudilhismo se tornou um sistema local estruturado no clientelismo. Segundo Safford, o caudilhismo era assim definido:

a autoridade gravitava nas mãos de líderes fortes que tendiam a se colocar a cima das leis ou das constituições. Frequentemente esses líderes foram e são chamados de caudilhos - homem cuja força de caráter os capacitava a assegurar a lealdade pessoal de uma parcela significativa de seguidores e que mobilizavam seus partidários a desafiar a autoridade constituída ou a tomar o poder pela violência ou pela ameaça de violência. O termo caudilho designa qualquer tipo de líder preeminente, e foi usado neste sentido entre 1810 e 1870. A maioria dos caudilhos, sobretudo nas primeiras décadas do período, eram especificamente chefes militares que haviam ganho destaque nas guerras de independência. (...) Atualmente, o vocábulo caudilho designa de modo geral aquele que usa de violência ou de ameaça de violência para fins políticos – seja um oficial profissional no comando de unidades regulares do exército ou forças irregulares na luta política, ou (mais amplamente) um líder essencialmente civil que usa de repressão violenta.¹²

O caudilho por vezes era um indivíduo em ascensão social, que veio de uma classe menos privilegiada e almejava melhor posição econômica, embora houvesse também caudilhos ricos, pertencentes à classe alta, como o próprio Simon Bolívar. Quando a terra estava em suas mãos, o caudilho a usava para manter seu poder e aumentar sua rede de influências, como analisou Safford:

ao caudilho era inerente a associação de poder militar e autoridade pessoal. (...) Tendo à disposição os recursos do estado, o caudilho emergia então como um distribuidor de patronato, concedendo espólios à sua clientela e recebendo dela mais serviços ainda; pois, pela concessão de cargos e de terras, o caudilho, o superpatronato, cumpria suas promessas a seus seguidores e os mantinha num estado de *peonaje* política.¹³

O fato era que de posição social humilde ou pertencente a alta casta, esse indivíduo governava e atuava pela violência, como destacou Safford:

como seu regime de *facto* carecia de legitimidade constitucional e muitas vezes encontrava resistência da parte de outros caudilhos, frequentemente ele se via compelido a governar pela violência, dando pouca ou nenhuma atenção a sutilezas constitucionais. (...) Como a maioria deles tinha pouco interesse em ideologias, os caudilhos não encontravam dificuldades em apoiar causas totalmente diversas e contraditórias. No Rio da Prata, os caudilhos identificaram-se ora com unitários ora com federalistas, muitas vezes com pouca percepção do sentido desses termos, exceto como um meio de identificar os amigos e os inimigos.¹⁴

A província platina estava dividida entre o poder central nas capitais e o poder regional nas províncias. Este antagonismo gerava tensão e desencadeava guerras civis sob a liderança caudilhesca. A província platina era formada pela Argentina, Uruguai, Paraguai, parte da Bolívia e do Brasil. Esta região é banhada pelo Rio da Prata e

compreende uma área de cerca de 4,3 milhões de quilômetros quadrados no sul da América Latina. Dentre os países que faziam parte da província platina, o Uruguai foi colocado em relevo neste trabalho.

4 Exército Uruguaio

A história do Uruguai é marcada pelas disputas políticas entre os partidos Blanco e Colorado, e nos períodos de trégua, grande parte dos revolucionários ingressavam nas fileiras militares. O Exército Uruguaio era composto, na década de 20, por 12.000 homens, sendo 800 oficiais. O recrutamento durava de um a três anos e a idade de permanência dos militares era entre 17 e 45 anos. Apesar do baixo efetivo, o Uruguai tinha condições de mobilizar cerca de 100.000 homens, entre 18 e 45 anos, e 50.000 homens com idade entre 45 e 60 anos.

A mobilização era estrategicamente articulada através das ferrovias, que rumavam para o norte em direção ao Brasil ou para o oeste em direção a Argentina, e das vias fluviais. A navegação fluvial era feita pelo rio Uruguai e a marítima por meio do porto de Montevideú. A mobilização agrícola e industrial ainda não estava organizada.

O Exército estava dividido em cinco zonas militares: norte, leste, centro, oeste e sul. As quatro primeiras eram comandadas por um general ou coronel, e no sul era comandada diretamente pelo Chefe do Estado-Maior do Exército. A tropa se dividia em 22 batalhões de infantaria, com cerca de 300 homens cada um. Possuíam 6 regimentos de cavalaria e 3 esquadrões com 100 homens em cada um. Havia 5 regimentos de artilharia com 2 grupos de 3 baterias cada um, e 4 batalhões de engenharia com 300 homens em cada.¹⁵ O Exército era formado por batalhões de infantaria, regimentos de cavalaria e artilharia, mas sem a menor ligação entre as unidades. Não havia organização superior, a única organização existente chegava apenas até o chefe de regimento.

O Presidente da República era o chefe supremo do Exército e exercia sua autoridade por intermédio do Ministro da Guerra e Marinha. O Ministério da Guerra era dividido nas seguintes direções: Subsecretaria de Guerra e Marinha, Estado-Maior do Exército (EME), Inspeção Geral do Exército, Direção Naval, Justiça Militar, Intendência Geral da Guerra e da Marinha, Serviço de Saúde do Exército e da Marinha.¹⁶

O Conselho Superior do Exército e da Marinha era composto pelo Ministro da Guerra e da Marinha, chefe de EME, Inspetor Geral do Exército, presidente do Conselho Supremo de Guerra, chefe de Direção Naval e chefe da Divisão de Instrução. O Conselho tinha o objetivo de defesa nacional, preparação para a guerra, aquisição de material e armamento e aplicação de regulamentos.

Tabela 2: Número de oficiais em cada Arma

Oficiais	Infantaria	Cavalaria	Artilharia	Engenharia	Total
General					16
Coronel	20	10	8	5	43
Ten.-Coronel	28	12	10	8	58
Major	50	24	14	12	100
Capitão	100	40	40	24	204
Tenente	120	48	48	22	238
2 ^o Tenente	80	40	60	25	205
Aspirante	80	40			120
Total	478	214	180	96	984

Fonte: Projeto de lei para o Exército Uruguaio. Montevideu: 02.1924. Dossiê, Arquivo Vincennes 7N 3417.

Tabela 3: O mínimo de antiguidade e comando de tropa para passar a grade superior¹⁷

Patente	Antiguidade (anos)	Tempo de comando (anos)
Ajudante	3	1
Aspirante	2	1
2 ^o Tenente	2	1
Tenente	3	1
Capitão	4	2
Major	4	2
Tenente-Coronel	4	2
Coronel	5	2

Fonte: Projeto de lei para o Exército Uruguaio. Montevideu: 02.1924. Dossiê, Arquivo Vincennes 7N 3417.

O avanço de patente se dava por antiguidade, escolha ou concurso. Em todo caso, era preciso para ser aspirante ter feitos os exames no final da escola militar; o segundo e primeiro tenente de infantaria e cavalaria necessitava ser apto em curso teórico e prático; para capitão, exigia-se ter feito os exames da escola de aplicação; para ser major, o requisito era ter comandado unidades; e para tenente-coronel e coronel, ter comandado unidades em manobras. Os generais seriam escolhidos pelo presidente, após aprovação do senado.

Os oficiais poderiam ir para a reserva por limite de idade, invalidez, incapacidade militar, incapacidade física ou por pedido do militar.

Tabela 4: Limite de idade para cada patente era a seguinte

Patente	Limite de idade (anos)
General	65
Coronel	60
Tenente-Coronel	58
Major	55
Capitão	50
Tenente	48
2 ^o Tenente e Aspirante	45

Fonte: Projeto de lei para o Exército Uruguaio. Montevideú: 02.1924. Dossiê, Arquivo Vincennes 7N 3417.

O oficial da reserva recebia um trinta avos do soldo por cada ano de serviço, ou seja, para ter aposentadoria integral precisava servir ao exército durante 30 anos. Estes oficiais faziam parte da reserva do Exército até cinco anos após seus desligamentos da ativa.

O armamento era antigo, composto essencialmente por fuzis e carabinas modelo alemão Mauser, metralhadoras francesas Hotchkiss e canhões de campanha Schneider. Não possuíam nenhum veículo automóvel, nem aparelhos de transmissão e nem material de aviação de guerra. A artilharia de campanha era organizada em baterias e possuía armas Krupp e Schneider. Os uniformes da tropa eram cedidos pela intendência geral, seguindo os prazos estipulados nos regulamentos, de acordo com a quantidade de efetivo. Cada homem poderia dispor de três uniformes.

5 Conclusão

O Uruguai não tinha regulamentado o serviço militar obrigatório, fato que deixava a classe alta e média do Uruguai sem passar pela caserna. De acordo com o adido francês, Lamauzelle, em 1923 o efetivo de oficiais uruguaio compreendia cerca de 600 homens e havia de 7 a 8 mil homens de tropa. O Exército Uruguaio era rudimentar e a indústria bélica inexistente, o que representava uma oportunidade excelente para o mercado internacional que, além de exportar material de guerra, poderia facilmente instalar fábricas no Uruguai.¹⁸

O Exército Uruguaio tinha instrução militar rudimentar, era mal equipado, com baixo efetivo, sem previsão orçamentária, comandado por oficiais, acostumados a disputas caudilhescas, que dividiam seu tempo com a política nacional, fazendo com que os negócios do exército fossem raramente tratados. O exército servia, de fato, para proteger o governo das rivalidades e revoluções internas, sem função de defesa externa, ou seja, era visto como um meio de contenção de levantes da oposição.¹⁹ O Exército

Nacional era visto como uma instituição importante para manter a política local, e assegurar a manutenção da ordem estabelecida.

Referências

ARCHER, Christon. Ejército y Milicias, 1820-1870. In: VÁZQUEZ, Josefina. GRIJALVA, Manuel Miño. *La Construcción de las naciones latinoamericanas, 1820-1870*. História General de América Latina VI. Paris: Unesco, 2003.

KUETH, Allan. Conflicto Internacional, Orden Colonial y Militarización. In : TANDETER, Enrique (org.). *História General de América Latina IV*. Paris: Unesco, 2000.

LAZARO, Josep Fontana; RIBAS, Maria delgado. La política colonial española: 1700-1808. In: TANDETER, Enrique (org.). *História General de América Latina IV*. Paris: Unesco, 2000.

LYNCH, John. Los factores estructurales de las crisis: la crisis del orden colonial. In: DAMAS, Germán Carrera; LOMBARDI, John (org.). *História General del América Latina V: la crisis estructural de las Sociedades implantadas*. Paris: Unesco, 2003.

_____. As origens da Independência da América Espanhola. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: da Independência até 1870*. São Paulo: EDUSP, 2001. V III.

_____. As Repúblicas do Prata da Independência à Guerra do Paraguai. In: *História da América Latina: da Independência até 1870*. São Paulo: EDUSP, 2001. V III.

MACEDO, Jorge Borges. *O Bloqueio Continental: economia e guerra peninsular*. Lisboa: Gradiva, 1990.

MILLER, Rory. Inversión Extranjera. In: MORA, Enrique Ayala; CARBÓ, Eduardo Posada (org.). *História General de América Latina VII: los proyectos nacional latinoamericanos: SUS instrumentos y articulación (1870-1930)*. Paris: Unesco, 2008.

SAFFORD, Frank. Política, Ideologia e sociedade na América espanhola do pós-independência. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: da Independência até 1870*. São Paulo: EDUSP, 2001. V III.

ZIMMERMANN, Eduardo. Transformaciones del estado. In: MORA, Enrique Ayala; CARBÓ, Eduardo Posada (org.). *História General de América Latina VII: los proyectos nacional latinoamericanos: SUS instrumentos y articulación (1870-1930)*. Paris: Unesco, 2008.

Documentos

Carta do Gen. Mangin para o Ministro da Guerra da França. Rio de Janeiro: 15.10.1921. Dossiê, MRE, correspondência política e comercial da América Latina, pasta 16.

Carta do Cap. Fanneau de La Horie, adido militar da França no Brasil para o Ministro da Guerra da França. Documento sem data. Dossiê, Arquivo Vincennes, 7N3382.

Projeto de lei para o Exército Uruguaio. Montevideu: 02.1924. Dossiê, Arquivo Vincennes 7N 3417.

Relatório do adido francês em Buenos Aires, Lamauzelle, sobre a situação política no Uruguai. Buenos Aires, 12.07.1923. Dossiê, Arquivo Vincennes, 7N 3417

Artigo recebido em: 01.10.2013

Aprovado em: 15.12.2013

Notas

¹ KUETH, Allan. Conflicto Internacional, Orden Colonial y Militarización. In: TANDETER, Enrique (org.). *História General de América Latina IV*. Paris: Unesco, 2000. p. 340.

² Para saber mais sobre o Bloqueio Continental ver: MACEDO, Jorge Borges. *O Bloqueio Continental: economia e guerra peninsular*. Lisboa: Gradiva, 1990.

³ LYNCH, John. *Los factores estructurales de las crisis: las crisis del orden colonial*. In: DAMAS, Germán Carrera; LOMBARDI, John. *História General del América Latina V: la crise estructural de las Sociedades implantadas*. Paris: Unesco, 2003. p. 42.

⁴ SAFFORD, Frank. Política, Ideologia e Sociedade na América espanhola do pós-independência. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: da Independência até 1870*. São Paulo: EDUSP, 2001. V III. p. 334

⁵ LYNCH, John. As origens da Independência da América Espanhola. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: da Independência até 1870*. São Paulo: EDUSP, 2001. V III, p. 28-29.

⁶ MILLER, Rory. Inversión Extranjera. In: MORA, Enrique Ayala. CARBÓ, Eduardo Posada (org.). *História General de América Latina VII: los proyectos nacional latinoamericanos: SUS instrumentos y articulación (1870-1930)*. Paris: Unesco, 2008, p. 163.

⁷ ZIMMERMANN, Eduardo. Transformaciones del estado. In: MORA, Enrique Ayala. CARBÓ, Eduardo Posada. *História General de América Latina VII: los proyectos nacional latinoamericanos: SUS instrumentos y articulación (1870-1930)*. Paris: Unesco, 2008. p.185.

⁸ ARCHER, Christon. Ejército y Milicias, 1820-1870. In: VÁZQUEZ, Josefina; GRIJALVA, Manuel Miño (org.). *Historia General de América Latina VI*. Paris: Unesco, 2003, p. 220.

⁹ *Ibidem*, p. 222.

¹⁰ *Ibidem*, p. 221.

¹¹ *Ibidem*, p. 206.

¹² SAFFORD, F. *Op. Cit.* P. 355-356 (nota 05).

¹³ LYNCH, John. As Repúblicas do Prata da Independência à Guerra do Paraguai. In: *História da América Latina: da Independência até 1870*. São Paulo: EDUSP, 2001. V III, p. 642-643.

¹⁴ SAFFORD, F. *Op. Cit.* P. 358.

¹⁵ Carta do Gen. Mangin para o Ministro da Guerra da França. Rio de Janeiro: 15.10.1921. Dossiê, MRE, correspondência política e comercial da América Latina, pasta 16.

¹⁶ Projeto de lei para o Exército Uruguaio. Montevideu: 02.1924. Dossiê, Arquivo Vincennes 7N 3417.

¹⁷ *Ibidem*.

¹⁸ Relatório do adido francês em Buenos Aires, Lamauzelle, sobre a situação política no Uruguai. Buenos Aires, 12.07.1923. Dossiê, Arquivo Vincennes, 7N 3417.

¹⁹ Carta do Cap. Fanneau de La Horie, adido militar da França no Brasil para o Ministro da Guerra da França. Documento sem data. Dossiê, Arquivo Vincennes, 7N3382.